



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 23 de outubro de 2017.

Edição n.º 2248

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|----------------------|---|
| Atos normativos..... | 2 |
| Boletins..... | 2 |

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

| | |
|---------------------------|---|
| Boletins de Pessoal..... | 2 |
| Avisos de licitações..... | 3 |

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

| | |
|----------------------|---|
| Atos normativos..... | 3 |
| Boletins..... | 4 |



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 55/2017-PGJ

Revoga o Provimento n.º 50/2017-PGJ.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4.º, § 5.º, da Lei Estadual n.º 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a atuação do Ministério Público junto à Câmara da Função Delegada dos Tribunais Superiores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1.º Fica revogado, na íntegra, o Provimento n.º 50/2017-PGJ, restabelecendo-se a redação anterior do inc. XXIII do art. 15 do Provimento n.º 31/2003.

Art. 2.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 361/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

DESIGNAR

- o Doutor **ANDRÉ BARBOSA DE BORBA**, 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, para oferecer denúncia contra Valdeci Miritz Silva, bem como para acompanhar os demais trâmites do processo, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Inquérito Policial autuado judicialmente sob o n.º 022/2.17.0003325-0, oriundo da Vara do Juizado Especial Criminal de Pelotas, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, seu substituto de escala que não estiver impedido (Port. 3340/2017).

- o Procurador de Justiça **RICARDO DA SILVA VALDEZ**, ID n.º 3424375, para exercer a função de Coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Casos Repetitivos no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 3386/2017).

REVOGAR

- a Portaria n.º 2735/2017, que designou o Promotor-Assessor **MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA**, ID n.º 3425592, para exercer a função de Coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Casos Repetitivos no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 3385/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de outubro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 362/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

REVOGAR

- a contar do dia 22/09/2017, a Portaria n.º 0659/2017, que designou **CARINE PAULY BOSCHI**, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 22/09/2017 (Port. 3230/2017).

- a contar do dia 29/09/2017, a Portaria n.º 3283/2016, que designou **BRUNA DA SILVA NUNES**, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 29/09/2017 (Port. 3263/2017).

- a contar do dia 30/05/2017, a Portaria n.º 0468/2017, que designou **EDNA MORGANA DA COSTA**, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 30/05/2017 (Port. 3289/2017).

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 05/10/2017, **RAFAEL LADWIG RODRIGUES**, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 850, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 3303/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de outubro de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 363/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **SÉRGIO COVATTI CRESPI**, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quarto (4º) lugar na Lista de Classificação da Região das Missões (Port. 3428/2017).

EXONERAR

- a contar de 23 de outubro de 2017, a servidora **LUCIANE SANT'ANNA PERALTA**, ID n.º 3519708, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 3429/2017).

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.00576.00802/2017-5, a pedido, o servidor efetivo **EDER LUÍS ZUCCHETTO**, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", ID n.º 3436365, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas



semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, observado o artigo 7º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, e artigo 40, § 9º, da Constituição Federal, artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 158 da Lei Complementar n.º 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo 25% (vinte e cinco por cento) de Gratificação Adicional, conforme artigo 100, e 33% (trinta e três por cento), referentes a 11 (onze) Avanços Trienais, conforme artigo 99, todos da Lei Complementar n.º 10.098/1994 (Port. 3402/2017).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 20/10/2017, no Cargo em Comissão de Assessor de Segurança Institucional IV – CC-03, AGLAE GUIMARÃES DA ROSA, tendo entrado em exercício em 20/10/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de outubro de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 109/2017 (Processo SGA n.º 00686.000.006/2017) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Aquisição de 3.000 (três) mil envelopes com lacres invioláveis, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 10/11/2017, às 9 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 10/11/2017, às 14 horas. **Local:** www.pregaoabarrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n.º 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2017.

MARLY DE BARROS MONTEIRO,

Pregoeira.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Convite n.º 25/2017 (Processo SGA n.º 00677.000.281/2017) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para a manutenção e a reforma parcial das Promotorias de Justiça de Ijuí, situadas na Rua Álvaro Chaves, n.º 515, e reforma pontual das salas a serem ocupadas pelo Ministério Público, no 7º pavimento do prédio do Fórum local, situadas na Rua Tiradentes, n.º 671, ambas localizadas em Ijuí/RS, conforme especificações constantes do Anexo I do Convite. **Data e horário de abertura:** 30/10/2017, às 14 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital disponível na página:** <http://www.mprs.mp.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2017.

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

ORDEM DE SERVIÇO N.º 10/2017

Dispõe sobre o projeto-piloto MOVE BIKE VERÃO.

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Lei n.º 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, determinando aos municípios a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, priorizando os serviços de transporte público coletivo e não motorizado sobre o veículo individual, e a integração desses com o transporte privado e não motorizado;

CONSIDERANDO a necessidade de estimular a adesão de membros e servidores do Ministério Público aos meios de transporte alternativos, no mesmo contexto do MOVE CARONAS;

CONSIDERANDO que o projeto MOVE CARONAS apresentou resultados extremamente positivos com relação à cultura da carona;

CONSIDERANDO a necessidade de incentivar o uso de outros modais de transporte alternativo, por membros e servidores do Ministério Público, no âmbito do MOVE, e que a sede Institucional conta com bicicletário e vestiário;

CONSIDERANDO que o uso de bicicletas como meio de transporte é cada vez mais frequente como modal de mobilidade urbana, pois contribui para a redução da poluição do ar das cidades, impactando positivamente na mobilidade urbana e nos índices de saúde pública;

CONSIDERANDO que o MOVE BIKE contará com o patrocínio da AMP - Associação do Ministério Público, da APROJUS - Associação dos Servidores do Ministério Público e do SIMPE-RS - Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado;

CONSIDERANDO o que consta no PR n.º 02392.00021/2017-0,

RESOLVE editar a seguinte Ordem de Serviço:

Art. 1.º Fica instituído o projeto-piloto MOVE BIKE VERÃO, para incentivar o uso de bicicletas como modal de transporte para o trabalho, destinado a membros e servidores lotados na sede do Ministério Público, localizada na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, e na sede do IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul:

I – serão premiados, de acordo com patrocínio previamente ajustado com AMPRGS, APROJUS e SIMPE, com acessórios ou equipamentos para bicicletas, obrigatórios ou opcionais, os dois integrantes da instituição que mais utilizarem este modal de transporte;

II – a premiação será apurada mensalmente, computados, por ranking, os trajetos realizados do primeiro ao último dia útil de cada mês;

III – serão computados como 1 (um) trajeto os seguintes deslocamentos: ida-volta, somente ida e somente volta;

IV – o ranking será apurado mensalmente, por meio do Sistema de Controle de Uso de Bicicleta – Move Bike, disponível na intranet;

V – ficam excluídos do ranking os deslocamentos nos intervalos de trabalho e nos finais de semana e feriados;



VI – a lista com o ranking e indicação dos 2 (dois) membros ou servidores que mais se deslocarem por meio deste modal será divulgada na intranet;

VII – os servidores que participarem do ranking com bicicletas particulares deverão, obrigatoriamente, registrar a bicicleta em seu nome na Central de Controle – localizada no 1.º andar, Torre Sul, na sede do Ministério Público, para fins de fiscalização dos registros do ranking;

VIII – os servidores que desejarem participar do ranking utilizando as bicicletas do Projeto BIKE POA deverão apresentar o relatório emitido pelo respectivo sistema ao Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, para fins de fiscalização e comprovação do percurso dos registros do ranking;

IX – em caso de empate no ranking, terá preferência o servidor com maior idade. Mantendo-se o empate, o critério de primazia se dará ao servidor com mais tempo de serviço no Ministério Público;

X – cada trajeto realizado, nos termos do inciso III, independentemente da premiação mensal, corresponderá a um número para participar do sorteio de uma bicicleta, ao final do Projeto.

Art. 2.º Esta Ordem de Serviço produzirá efeitos em relação ao Projeto-piloto MOVE BIKE VERÃO, a contar de 1.º de novembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de outubro de 2017.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 36/2017

A COORDENADORA DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00728.00043/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Débora Jaeger Becker. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **INVESTIGADO:** Cereais a Colônia Ltda, com endereço Avenida Brasil, nesta Cidade. **OBJETO:** investigar a oferta e comercialização de produtos impróprios para o consumo. **LOCAL DO FATO:** Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00728.00042/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Débora Jaeger Becker. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **OBJETO:** investigar a oferta e comercialização de produtos impróprios para o consumo. **INVESTIGADO:** Mercaria Vargas, com endereço na Rua Gregório da Fonseca, 1870, nesta Cidade. **LOCAL DO FATO:** Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00739.00034/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Canoas. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Felipe Teixeira Neto. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas. **OBJETO:** Apurar prática comercial abusiva perpetrada pelo investigado e consubstanciada no induzimento do consumidor em erro acerca das características e dos valores dos produtos adquiridos (gasolina aditivada). **INVESTIGADO:** Carrefour Comércio e Indústria Ltda. **LOCAL DO FATO:** Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00770.00026/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Andrea Almeida Barros. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. **OBJETO:** Apurar possíveis irregularidades na industrialização e comercialização de carnes, derivados cárneos, embutidos etc., eventual improbidade ao consumo humano dos produtos, adulteração de prazos de validade, falta de condições de higiene etc., de autoria da empresa Porto Carnes Empreendimentos Gauchinho Ltda. **INVESTIGADO(S):** Porto Carnes Distribuidora de Carnes. **LOCAL DO FATO:** Estrela.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01886.000.130/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Valentim. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Adriano Luís de Araujo. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. **OBJETO:** Eventual irregularidade na construção de antena de telecomunicações na Rua Frederico Coradi, Lote 1, quadra 7, Erval Grande, RS. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Erval Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00038/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Francisco Saldanha Lauenstein. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. **OBJETO:** verificar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 10 e incisos da Lei Federal nº 6.437/77, além de outras normas regulamentares, decorrentes de irregularidades com risco de agravo à saúde da coletividade (consumidores) por parte estabelecimento Comercial Hilmi Abdulah e Cia Ltda., situado na Avenida Almirante Tamandaré, 2176, bairro Centro, nesta Cidade. **INVESTIGADO(S):** Comercial Hilmi Abdulah e Cia Ltda. **LOCAL DO FATO:** Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00035/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Francisco Saldanha Lauenstein. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. **OBJETO:** verificar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 10 e incisos da Lei Federal nº 6.437/77, além de outras normas regulamentares, decorrentes de irregularidades com risco de agravo à saúde da coletividade (consumidores) por parte dos Supermercados Niederauer Ltda., situado na Avenida Almirante Tamandaré, 314, no município de Santana do Livramento. **INVESTIGADO(S):** Supermercados Niederauer Ltda. **LOCAL DO FATO:** Santana do Livramento.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de outubro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2248

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00037/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: verificar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 10 e incisos da Lei Federal nº 6.437/77, além de outras normas regulamentares, decorrentes de irregularidades com risco de agravo à saúde da coletividade (consumidores) por parte do estabelecimento Comercial Aviário Nicolini Ltda., situado na Avenida Almirante Tamandaré, 20, Santana do Livramento, RS. INVESTIGADO(S): Comercial Aviário Nicolini Ltda. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00036/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: verificar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 10 e incisos da Lei Federal nº 6.437/77, além de outras normas regulamentares, decorrentes de irregularidades com risco de agravo à saúde da coletividade (consumidores) por parte do estabelecimento Comercial Mercado do Pequeno - Adilson Mendonza, situado na Rua Pref. Sergio Fuentes, 990, bairro Prado, no município de Santana do Livramento, RS. INVESTIGADO(S): Comercial Mercado do Pequeno - Adilson Mendonza. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00039/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: verificar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 10 e incisos da Lei Federal nº 6.437/77, além de outras normas regulamentares, decorrentes de irregularidades com risco de agravo à saúde da coletividade (consumidores) por parte do estabelecimento Comercial Righi Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda., Avenida João Pessoa, 680, bairro Centro, Santana do Livramento. INVESTIGADO(S): Comercial Righi Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00040/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: verificar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 10 e incisos da Lei Federal nº 6.437/77, além de outras normas regulamentares, decorrentes de irregularidades com risco de agravo à saúde da coletividade (consumidores) por parte do estabelecimento Comercial WMS Supermercados do Brasil Ltda., situado na Avenida Presidente João Belchior Goulart, 1837, no município de Santana do Livramento, RS. INVESTIGADO(S): Comercial Wms Supermercados do Brasil Ltda. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00041/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do

Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: verificar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 10 e incisos da Lei Federal nº 6.437/77, além de outras normas regulamentares, decorrentes de irregularidades com risco de agravo à saúde da coletividade (consumidores) por parte do estabelecimento Comercial Mercado Sensação - Laura Andrea de Freitas Anselmo, situado na Rua Dr. Luis Arruda, 397, Santana do Livramento, RS. INVESTIGADO(S): Comercial Mercado Sensação - Laura Andrea de Freitas Anselmo. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00042/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: verificar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 10 e incisos da Lei Federal nº 6.437/77, além de outras normas regulamentares, decorrentes de irregularidades com risco de agravo à saúde da coletividade (consumidores) por parte do estabelecimento Comércio de Carnes e Merceria Ortiz e Marmolejo Ltda., situado na Avenida Saldanha da Gama, 717, bairro Prado, Santana do Livramento, RS. INVESTIGADO(S): Comércio de Carnes e Mercadorias Ortiz e Marmolejo Ltda. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01920.000.728/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dr. Lucio Flavio Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: fabricação e comercialização de produto em desconformidade com as normas sanitárias vigentes. INVESTIGADO: Agroindústria Queijaria Coser. LOCAL DO FATO: Veranópolis - RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de outubro de 2017.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 189/2017

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.446/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: aferição da regularidade de atendimento médico prestado no Hospital São Roque de Vicente Dutra/RS. INVESTIGADO(S):



Ivan Ferret, Cesar Augusto Vargas Vallejos. LOCAL DO FATO: Vicente Dutra.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.551/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: aferição da regularidade de material de propaganda. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.531/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: aferição da regularidade de programa habitacional. INVESTIGADO(S): Município de Vicente Dutra. LOCAL DO FATO: Vicente Dutra.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.418/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: aferição da regularidade da atuação de pessoas que trabalham na Entidade Lar de Acolhimento São Francisco. INVESTIGADO(S): Consórcio Intermunicipal Lar de Acolhimento São Francisco. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01700.000.070/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: verificar destinação e movimentação dos valores do Fundo Municipal do Meio Ambiente. INVESTIGADO(S): Município de Júlio de Castilhos. LOCAL DO FATO: Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00717.00021/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arvorezinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Estevam Costa Castro Araújo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha. OBJETO: apurar a regularidade na contratação de JOST Assessoria e Consultoria para prestação de serviços na área da saúde no Município de Itapuca. INVESTIGADOS: Flávio Scorsatto, Marcos José Scorsatto, Jost Assessoria e Consultoria, Volnei Jost e Município de Itapuca. LOCAL DO FATO: Itapuca.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00723.00041/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: averiguar suposta compra de combustíveis sem a realização de licitação, entre abril de 2013 a dezembro de 2016, pelo Município de Monte Belo do Sul. INVESTIGADO(S): à definir. LOCAL DO FATO: Monte Belo do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00723.00037/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: averiguar eventuais irregularidades na construção de uma escola de séries iniciais, no Município de Monte Belo do Sul, referente ao Projeto Espaço Educativo Urbano II. INVESTIGADOS(S): Brunoni e Salvador Empreendimentos Ltda. Epp e Lirio Turri. LOCAL DO FATO: Monte Belo do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00754.00042/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tássia Bergmeyer da Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: apurar possível perseguição praticada por Bernardete Rodrigues Cassol, então Diretora da Escola do Presídio Estadual de Cruz Alta (PECA), em face da professora Luiza Ferraz Padilha. INVESTIGADO(S): Bernardete Rodrigues Cassol LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00754.00041/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tássia Bergmeyer da Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: apurar a falta de seleção de procuradores jurídicos por meio de concurso público (art. 37, inciso II, da Constituição Federal) no Município de Cruz Alta/RS. INVESTIGADOS(S): Juliano da Silva, Município de Cruz Alta e Wilson Roberto Bastos dos Santos. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00754.00039/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tássia Bergmeyer da Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: apurar o uso irregular de maquinário público na obra de revitalização da Praça Érico Veríssimo no Município de Cruz Alta. INVESTIGADOS(S): Município de Cruz Alta e M7 Construções Ltda. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00760.00044/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Pires Schwab. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: apurar a prática de possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes da irregular conversão de férias em pecúnia pelo chefe do poder executivo Municipal de Roca Sales, referente ao período aquisitivo de 2014 a 2015. INVESTIGADO(S): Nélio José Vuaden. LOCAL DO FATO: Encantado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00760.00045/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Pires Schwab. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: apurar a prática de possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes de irregularidade na contratação de empresa de intermediação pela Prefeitura Municipal de Roca Sales/RS. INVESTIGADOS(S): Dobel Distribuidora de Diário Oficial de



Brasilia Estados Ltda - Epp e Nélio José Vuaden. LOCAL DO FATO: Roca Sales.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01700.000.358/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: colher elementos que indiquem possível fraude envolvendo a contratação da Empresa Premier para fazer o concurso público aberto pelo Edital 50/17. INVESTIGADO(S): Município de Pinhal Grande, Premier Concursos Ltda - Me. LOCAL DO FATO: Pinhal Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00824.00210/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: "apurar eventual favorecimento pessoal ao ex-prefeito Municipal de Pelotas, Eduardo Leite, que teria sido beneficiado com uma bolsa de estudos em universidade nos Estados Unidos por associação civil com a qual, na sua gestão, o Município celebrou Termo de Parceria no ano de 2013." INVESTIGADO(S): Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite e "Comunitas: Parcerias para o Desenvolvimento Solidário", associação civil, CNPJ 03.983.242/0001/30. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00057/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: apurar irregularidades relacionadas a dispensas de licitação realizadas no ano de 2011, na câmara municipal de vereadores de São Leopoldo, objetivando a contratação de empresas para prestação de serviços de manutenção. INVESTIGADO(S): A Apurar. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00060/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luciana Maria Ribeiro Alice. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: ausência de licitação para a exploração do transporte coletivo intermunicipal metropolitano, modal ônibus, na RMPA, pela empresa CAIENSE DE ÔNIBUS LTDA., em afronta ao disposto no artigo 37, "caput" e inciso XXI, e no artigo 175 da Constituição Federal, além da contrariedade ao texto normativo do Decreto Lei nº 200/1967 c/c a Lei Federal nº 5.456/1968, do Decreto-Lei nº 2.300/1986, da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 8.987/95. INVESTIGADOS(S): Daer - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Empresa Caiense de Ônibus Ltda, Estado do Rio Grande do Sul e Metroplan - Fundação Estadual de Planejamento Regional. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00038/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luciana Maria Ribeiro Alice. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de

Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: ausência de licitação para a exploração do transporte coletivo intermunicipal metropolitano, modal ônibus, pela empresa Viação Feitoria LTDA, em afronta ao disposto no artigo 37, "caput" e inciso XXI, e no artigo 175 da Constituição Federal, além da contrariedade ao texto normativo do Decreto Lei nº 200/1967 c/c a Lei Federal nº 5.456/1968, do Decreto-Lei nº 2.300/1986, da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 8.987/95. INVESTIGADOS(S): Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Estado do Rio Grande do Sul, Metroplan - Fundação Estadual de Planejamento Regional e Viação Feitoria Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00856.00014/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucas Oliveira Machado. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. OBJETO: verificar o motivo de não estarem sendo observadas as disposições contidas na Lei de Acesso à Informação pelo Município de Rosário do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Rosário do Sul LOCAL DO FATO: Rosário do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00865.00035/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carlos Augusto Cardoso Moraes. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: possíveis irregularidades na efetividade e na remuneração por horas-estrordinárias do servidor da SUSEPE - LUIGI MUNHOZ BARBOSA ID 2454270. INVESTIGADO(S): Luigi Munhoz Barbosa. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00887.00058/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Cesar Sgarbossa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: apurar possíveis irregularidades no registro dos diários de bordo dos veículos do Município de São Jerônimo. INVESTIGADO(S): Município de São Jerônimo. LOCAL DO FATO: São Jerônimo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00887.00057/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Cesar Sgarbossa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: apurar possíveis irregularidades na prestação de serviço de terraplanagem a particulares pelo Município de São Jerônimo. INVESTIGADO(S): Município de São Jerônimo. LOCAL DO FATO: São Jerônimo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00054/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: apurar irregularidades relacionadas às dispensas de licitação nºs 1233/2005 e 3550/2005, bem como aos convites nºs 38/2005, 49/2005, 215/2005, 19/2006 e 28/2006 do Município de São Leopoldo. INVESTIGADOS(S): Ary José Vanazzi, Jorge Roberto Ferreira da Silva, Mario Ferreira da



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de outubro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2248

Silva e Pacil Pavimentadora e Artefatos de Cimento Ltda.
LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00056/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: apurar irregularidades relacionadas às dispensas de licitação n.ºs 1824/2006 e 1834/2008 e à carta convite n.º 30/2009 do Município de São Leopoldo. INVESTIGADOS(S): Adão Brites dos Santos, Ary José Vanazzi, Brites e Machry Empreiteira de Construções Ltda. - Me e Marli Terezinha Machry dos Santos. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00053/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: apurar irregularidades relacionadas às dispensas de licitação n.ºs 02/2005, 05/2005 e 427/2011, bem como às tomadas de preços n.ºs 03/2006 e 06/2009 do serviço municipal de água e esgotos de São Leopoldo - SEMAE. INVESTIGADOS(S): Carlos Ronaldo Vieira Fernandes, Jorge Roberto Ferreira da Silva, Luiz Antonio Castro dos Santos, Mario Ferreira da Silva e Pacil Pavimentadora e Artefatos de Cimento Ltda. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00055/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: apurar irregularidades relacionadas às dispensas de licitação n.ºs 1388/2005, 2554/2005, 2568/2005; aos convites n.ºs 74/2005, 75/2005, 163/2005, 101/2005, 218/2005, 56/2007, 43/2009 e 35/2010; tomada de preços n.º 18/2010; e concorrência n.º 06/2005, do município de São Leopoldo. INVESTIGADOS(S): Ary José Vanazzi, Canadá Engenharia Ltda e Ingo Paulo Gottert. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00903.00041/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mauricio Sanchotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: apurar a possível prática de ato de improbidade administrativa decorrente do exercício incompatível da função de Procurador-Chefe da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul cumulado ao exercício da advocacia privada, constando como investigados João Roberto da Fonseca Junior e Nelson Brambila e como reclamante Sérgio Luiz Lopes. INVESTIGADOS(S): João Roberto da Fonseca Júnior e Nelson Brambila LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00903.00042/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mauricio Sanchotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: apurar possível desvio de função dos cargos e empregos de Guarda Municipal de Patrimônio, constando como investigado o Município de Sapucaia do Sul.

INVESTIGADO(S): Município de Sapucaia do Sul. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 02360.000.050/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar possíveis irregularidades nos contratos da Divisão de logística do Grupo CEEE, relativas à contratação e execução dos contratos pela empresa EFACEC do Brasil Ltda., ao gerenciamento e fiscalização dos contratos, falta de seguro-garantia vigente, falhas na instrução dos processos e falta de aplicação tempestiva das penalidades no caso de incapacidade do cumprimento dos cronogramas das obras, planejamento das contratações, organização de documentos, cumprimento de normativas externas e internas que regem as licitações e contratos, descumprimento de prazos, falta de assinaturas contratuais, inexistência e/ou certidões obrigatórias vencidas e outros fatos que comprometeram o cumprimento das obrigações, ensejando prejuízos financeiros à empresa, nos termos do Relatório de Auditoria Interna Grupo CEEE/AI-003/2016, do Relatório de Auditoria Interna n.º EEE-GT/AI-018/2016, do Relatório de Auditoria Interna n.º CEEE-D/AI-035/2016 e do Relatório de Auditoria Interna CEEE-D/AI-044/2016. INVESTIGADO(S): Lucas Signori dos Santos. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de Outubro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 191/2017

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00723.00040/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: averiguar suposto direcionamento do processo licitatório Tomada de Preços N.º 007/2017, do Município de Pinto Bandeira. INVESTIGADO(S): Município de Pinto Bandeira. LOCAL DO FATO: Pinto Bandeira.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00723.00038/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: averiguar o fato de que o Secretário Municipal do Meio



Ambiente de Bento Gonçalves seria proprietário ou sócio de empresa de reciclagem de lixo e estaria se beneficiando da coleta de materiais recicláveis. INVESTIGADO(S): Claudiomiro Laurindo Dias. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00080/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Porto França. CLASSIFICAÇÃO: 6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul. OBJETO: averiguação dos motivos do inadimplemento de precatórios vencidos em 31/12/2016. INVESTIGADOS(S): Alceu Barbosa Velho e Município de Caxias do Sul. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00740.00057/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sônia Madalena Silveira Bonilla. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: apurar possível prática de ato de improbidade administrativa decorrente da demora para a regularização da cessão de uso de áreas públicas no Município de Canoas, referente às seguintes entidades e localidades das áreas: 1) Associação Atlética Ponte Preta e Rio Pardo - Av. Rio Grande do Sul, Bairro Mathias Velho; 2) Associação C.C.R.E. Collaziol - Av. Boqueirão, n.º 2911, Bairro Estância Velha; 3) Associação dos Moradores do Jardim do Lago - Rua Irmão Adão Rui, Bairro Marechal Rondon; 4) Bola Sete - Rua Imbé, n.º 364, Bairro Estância Velha; 5) Clube Recreativo Brasil - Rua A.J. Renner, n.º 1275, Bairro Estância Velha; 6) CTG Estância Velha Gaúcha - Rua 2, (Lot. Central Park) Bairro Mato Grande; 7) CTG Panela Velha - Rua Dom João Becker, n.º 340, Bairro Rio Branco; 8) CTG Raízes da Tradição - Rua Eng. Kindler, n.º 991, Bairro Harmonia; 9) Esporte Clube Paineira, Rua 22 de Abril, n.º 727, Bairro Nossa Senhora das Graças; 10) Igreja Espírito Santo - Rua Arco Íris, n.º 100, Bairro Estância Velha; 11) Igreja Santo Antônio - Rua Joaquim Caetano, Bairro Rio Branco; e 12) Igreja São Vicente de Paula - Rua José Danilo de Menezes, Bairro Olaria. INVESTIGADO(S): Luiz Carlos Busato. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00761.000.150/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Hendges. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: apurar possíveis irregularidades decorrentes da falta de repasses de recursos federais, pelo município, à Escola Municipal Cassiano José Moralles. INVESTIGADO(S): Município de Encruzilhada do Sul. LOCAL DO FATO: Encruzilhada do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00761.000.170/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Hendges. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: possível irregularidade em compra de areia fina pelo município de Amaral Ferrador. PI 00761.00010/2014. INVESTIGADO(S): Município de Amaral Ferrador. LOCAL DO FATO: Amaral Ferrador.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00761.000.218/2017. PROMOTORIA DE

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Hendges. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: possível ato de improbidade administrativa, envolvendo o desaparecimento de documentos do setor de contabilidade e do arquivo do Centro Administrativo Municipal, relativos aos pagamentos efetuados à empresa Tarefa Construções Ltda., por etapas construídas nas obras dos ESF's do Município de Encruzilhada do Sul. Procedimento Preparatório n.º 00761.00001/2016. Autos Volumosos. INVESTIGADO(S): Tarefa Construções Ltda., Laíse de Souza Gorziza, Pedro Paulo dos Santos Soares, José Antonio Borges Baroni, Nielis Robert Svendsen, Rosimeri Andrade Nascente, Secretário de Obras de Encruzilhada do Sul. LOCAL DO FATO: Encruzilhada do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00763.00073/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: investigar ocorrência de possível improbidade administrativa ou lesão ao erário, na licitação, Edital de Tomada de Preços n.º. 18/2017, destinada à contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares recicláveis e não recicláveis na área urbana do Município de Mariano Moro. INVESTIGADO(S): Município de Mariano Moro. LOCAL DO FATO: Mariano Moro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01646.000.520/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Bruno Amorim Carpes. OBJETO: investigar omissão da Brigada Militar, Guarda Municipal e Secretaria Municipal do Meio Ambiente quanto à atuação em casos de poluição sonora e perturbação do sossego alheio. INVESTIGADO(S): Brigada Militar de Estância Velha, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Guarda Municipal de Estância Velha. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.416/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: apurar a prática de ato com aptidão para configurar improbidade administrativa, decorrente de irregularidades em concurso público e processo seletivo. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.417/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: apurar eventual enriquecimento ilícito. INVESTIGADO(S): Zilio Roggia. LOCAL DO FATO: Caiçara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.544/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro



Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: aferição da regularidade da aquisição de peças para veículos. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.534/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: aferição da regularidade do aluguel de ginásio de esportes. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.530/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: aferição da regularidade do uso de bem público. INVESTIGADO(S): Município de Caiçara. LOCAL DO FATO: Caiçara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00824.00211/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: investigar utilização de veículo do Município de Capão do Leão para fins particulares. INVESTIGADO(S): Wolke Luiz Aliandro Rodrigues, Secretário Municipal de Saúde de Capão do Leão. LOCAL DO FATO: Capão do Leão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01623.000.518/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Josiene Menezes Paim. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: apurar eventual ocupação ilegal de Leonardo Hoff no cargo de Diretor Administrativo do Grupo CEEE, em contrariedade ao artigo 17, § 2º, da Lei nº 13.303/2016, e ao artigo 1º do Decreto Estadual nº 53.433/2017. INVESTIGADO(S): Leonardo Hoff. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01623.000.331/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Marmitt. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: apurar possíveis irregularidades no tocante à existência de inúmeros processos judiciais nos quais é requerida indenização por desvio de função de Auxiliar de Enfermagem para Técnico de Enfermagem, contra o Município de Porto Alegre, supostamente causando prejuízo ao erário. INVESTIGADO(S): Desconhecido, Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00844.00003/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível, Reg. Públicos e Acidentes do Trab. de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carmen Sílvia Reis Conti. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Carmen Sílvia Reis Conti. OBJETO: apuração de um Cadastro Nacional de

Pessoa Jurídica (CNPJ) em nome do Instituto Ronaldinho Gaúcho, tendo ele a natureza jurídica de fundação privada, ativo desde 23 de agosto de 2006. INVESTIGADO(S): Instituto Ronaldinho Gaúcho. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00036/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: apurar possível ato de improbidade administrativa praticada pelo prefeito Alexandre Lindenmayer sobre o concurso público para guarda municipal. INVESTIGADO(S): Município do Rio Grande LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00060/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: apurar possível irregularidade na contratação de empresa de consultoria pelo DATC para a prestação de trabalhos relacionados ao transporte público municipal. INVESTIGADOS(S): Datic - Departamento Autárquico de Transp Coletivos Pref Rio Grande e Usina Idéias e Projetos Ltda. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00029/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Hélder Müller Estivalet. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: apurar denúncia de possíveis irregularidades na contratação de professores pelo município de Entre-Ijuís/rs. INVESTIGADO(S): município de Entre-Ijuís. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01688.000.390/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Augusto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcéli da Silva Serafim Preis. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto. OBJETO: acompanhamento e fiscalização da implementação, pelo Poder Legislativo do Município de São Valério do Sul/RS, dos dispositivos previstos na Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santo Augusto.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00058/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: apurar irregularidades relacionadas às Concorrências Públicas nºs 14/2008 e 19/2008 e respectivos contratos nºs 443/2008 e 12/2009, do município de São Leopoldo. INVESTIGADOS(S): Ana Catarina Brites Melo, Ary José Vanazzi, Inconfidência Locadora de Veículos e Mão de Obra Ltda, Leocádia Inês Schoffen, Maria Luiza da Cunha Sedrez, Rosane Hoff da Rosa e Rosaura da Rosa Franke. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01886.000.150/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís



de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: investigar eventual lesão ao patrimônio público decorrente da possível cessão a um particular da área pública utilizada pela estrada antiga de ligação da Linha Zanandrea à sede do Município. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Benjamin Constant do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00039/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: investigar eventuais irregularidades nos contratos mantidos pela SMCAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como nas deliberações do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social. INVESTIGADOS(S): Conselho Municipal de Assistência Social, Instituto Vetta e Prefeitura Municipal de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01714.000.207/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jefferson Dall'Agnol. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. OBJETO: apurar despesas ilegais de licitação na realização do Processo nº 07/2017. Dispensa de Licitação nº 05/2017, referente à aquisição de materiais e contratação de mão de obra para a construção de salas de aula no Ginásio da COMACEL, bem como possível direcionamento da licitação INVESTIGADO(S): município de Arroio do Tigre. LOCAL DO FATO: Arroio do Tigre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01744.000.185/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dinamárcia Maciel de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: diárias pagas a vereadores para frequência a cursos, situação essa não regulamentada no Município de Coronel Bicaco e, portanto, ilegal. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01203.00012/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar possível direcionamento da Concorrência CEEE-D/20150700053 (Expediente Interno nº 046796-177000/2012), em razão da especificidade da descrição do objeto da contratação, de forma a propiciar que somente um dos fornecedores tivesse condições objetivas de atendimento da demanda, em violação aos ditames da Lei nº 8666/93. INVESTIGADOS(S): Agora Telecom, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - Ceee, Freenetworks e Nastek Indústria e Tecnologia. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 02360.000.068/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar possíveis irregularidades

perpetradas pelo Departamento Autônomo de estradas e Rodagem-DAER, consistentes na prorrogação da contratação emergencial para o provimento dos cargos de Especialista Rodoviário - Engenheiro Civil, Especialista Rodoviário - Engenheiro Químico, Técnico em Estradas, Técnico em Transporte de Cargas, Técnico em Secretariado e Técnico em Florestas, iniciada em 2013 e vigente até a presente data, em detrimento da realização de concurso público. INVESTIGADO(S): Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00935.00073/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apuração de eventuais irregularidades no Pregão Presencial nº INVESTIGADOS(S): Município de Alvorada e Trs Locações Ltda LOCAL DO FATO: Alvorada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de Outubro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 192/2017-CAODH

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00740.00058/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Dossena Lopes dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar (in)suficiência de materiais e insumos necessários à realização de coletas de sangue na Unidade de Coleta de sangue, para uso em transfusões, do Hospital Universitário de Canoas, bem como eventual falha no encaminhamento do material coletado pelo nosocômio aos demais Hospitais do Município de Canoas. INVESTIGADO(S): Hospital Universitário de Canoas. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00761.000.145/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Hendges. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: apurar possível negligência médica em atendimento de pessoa com deficiência física e mental, perpetrada na unidade de saúde municipal de Encruzilhada do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Encruzilhada do Sul. LOCAL DO FATO: Encruzilhada do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00069/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de outubro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2248

Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar a existência de ILPI irregular de propriedade de Carla Mona Lisa dos Santos Silva Paiva e Jair Paiva. INVESTIGADOS(S): Carla Mona Lisa dos Santos Paiva e Jair Paiva. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00930.00091/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anelise Grehs Stiefelman. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Dano à tutela coletiva dos consumidores, com base no art. 18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90, decorrente do armazenamento de medicamentos (164 caixas de amoxicilina 500mg e 81 caixas de amoxicilina 250mg) sem procedência comprovada através de nota fiscal de compra e, portanto, impróprios para o consumo, no estabelecimento denominado Drogaria Phamacya LTDA., situada na Avenida Senador Salgado Filho, nº 4.421, sala 01, em Viamão/RS. INVESTIGADO(S): Drogaria Pharmacy Ltda. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00345/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar o não cumprimento da RDC nº 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. INVESTIGADOS(S): Coordenadoria Geral de Vigilância Em Saúde, Hospital Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00347/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar eventuais irregularidades na ILPI Vida Residencial Geriátrico, situada na Rua Vitor Hugo, nº 271, Bairro Petrópolis, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00341/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Fiscalizar as irregularidades constatadas na ILPI Residencial VIVECER, localizada na Rua Ludolfo Boehl, nº 1666, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Outubro de 2017.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.